



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ATA N.º 78 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Salão Nobre dos Paços do Município

Data: 26/11/2020

Iniciada às 16H00 e encerrada às 19H00

Aprovada em 21/12/2020 e publicitada através do Edital n.º 132/2020

ORDEM DO DIA

- I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021
 1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021;
 - b) Autorização para celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia;
 - c) Norma de Controlo Interno;
 - d) Regulamento Interno de Fundos de Maneio;
 - e) Mapa de Pessoal para 2021;
 - f) Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);
 - g) Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à Proposta de Orçamento e GOPS para 2021 – Conhecimento.
 2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2021;
 - b) Mapa de Pessoal para 2021.

A reunião contou com a presença de:

Presidente: Manuel Augusto Soares Machado
Vice-Presidente: Carlos Manuel Dias Cidade
Vereadores: Regina Helena Lopes Dias Bento
Jorge Manuel Maranhas Alves



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Carina Gisela Sousa Gomes
Maria Madalena Eça Guimarães de Abreu
Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo
Ana Paula do Canto Lopes Pires Santos Quelhas
José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva
Ana Maria César Bastos Silva
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pela Técnica Superior, Carla Patrícia de Oliveira Silveira.

Verificou-se a ausência do Senhor Vereador Paulo Jorge Carvalho Leitão, por motivos relacionados com trabalhos parlamentares, oportunamente substituído pela Senhora Vereadora Ana Paula do Canto Lopes Pires Santos Quelhas, tendo o Executivo deliberado justificar a respetiva falta.



ORDEM DO DIA

PONTO I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021

I.1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021;

Através da informação n.º 53513, de 23/11/2020, do Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo, são apresentados os documentos previsionais-GOP para 2021, nos termos do Despacho n.º 133/PR/20, de 22 de julho de 2020, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e das posteriores propostas dos serviços municipais aprovadas pelos Senhores Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2021 - “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021” da Câmara Municipal de Coimbra, em conformidade com o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que determina o regime jurídico das autarquias locais). Acresce, ainda, a legislação respeitante à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriores decretos-lei, que concretizam o quadro das respetivas transferências de competências).

O Senhor **Presidente** deu início à reunião lendo um documento que denominou de Visão Estratégica das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2020 da Câmara Municipal de Coimbra:

“A nossa visão e compromisso é Valorizar Coimbra, consolidando este concelho de História, de Património, de Pessoas, de Ciência e de Cultura, numa cidade Cosmopolita e Empreendedora, de Investimento, de Tecnologia e de Indústrias Criativas, de Inovação e Conhecimento, onde as pessoas tenham gosto de viver, de trabalhar e de estudar e cidade onde os visitantes sintam vontade de voltar.”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

É este o desígnio que nos move desde 2013, é esse o guia do nosso trabalho diário, desde sempre, baseado em três premissas fundamentais e das quais não abdicamos: o apoio às famílias; a reabilitação urbana; e o bem-estar da nossa comunidade.

A partir de março de 2020, bruscamente, como não há memória, a pandemia da COVID-19 mudou o Mundo como o conhecíamos. E esta nova realidade traz-nos enormes desafios para enfrentar uma crise verdadeiramente global, na qual o desemprego e o desalento ameaçam ser as pandemias que se seguem. Mais do que em qualquer outra, os poderes públicos – governo, autarquias, instituições, agentes económicos – têm agora uma missão prioritária: preservar a saúde das pessoas e confinar a crise socioeconómica – garantindo o distanciamento físico que protege e evitando o deslçamento social que angustia.

Foi para isso que a Câmara Municipal trabalhou desde o dia um da pandemia em Portugal: 11 de março. Assumimos a linha da frente no combate à pandemia, congregando energias e vontades para implementar acordos de parceria e socorro nos domínios mais afetados, articulando auxílios e cooperando com diversas entidades para proteção da saúde pública e da vida socioeconómica do Concelho, fazendo aprovar dezenas de medidas de apoio às pessoas, famílias, empresas e associações. Estas medidas excecionais envolvem despesa municipal que, até ao final de 2020, ascenderá a 2,5M€ e, pelos dados até agora conhecidos, poderá crescer mais de 50% até ao fim do primeiro trimestre de 2021, gerando um impacto financeiro imprevisível, decorrente do estado de emergência, que só pode ser acomodado com rigorosa gestão das finanças municipais e da gestão empreendedora das políticas públicas autárquicas. Neste contexto, a Câmara Municipal continua a destinar mais de metade dos seus recursos para funções sociais, com especial destaque para o investimento no apoio às famílias e na Ação Social e Transportes Escolares. Esta é uma prioridade de ação, que visa garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação, desagravar os orçamentos familiares e valorizar a escola pública, estimulando assim a natalidade e a fixação de famílias no concelho. Neste sentido é, também, importante a contenção dos preços dos passes dos transportes a cargo dos SMTUC e da água através da Águas de Coimbra, EM., bem como as isenções de taxas de ocupação do espaço público com esplanadas e outras.

O desafio histórico que temos pela frente é o de continuar a limitar a extensão da crise social e económica e lançar Coimbra e Portugal num novo ciclo de desenvolvimento que – aproveitando as dinâmicas sociais mais inovadoras, alavancando importantes investimentos públicos e dinamizando as redes empresariais mais competitivas no mercado global – possa superar os bloqueios atávicos que nos têm confinado, ao longo de décadas e apesar dos muitos progressos já realizados, a um estágio intermédio de desenvolvimento.

A Câmara Municipal de Coimbra está bem preparada para desempenhar o seu papel neste esforço coletivo que será necessário empreender para acelerar a execução das verbas europeias, para dar estímulos à atividade produtiva de desenvolvimento da região e do país, que tem de aproveitar esta oportunidade para se fazer mais justo, equilibrado e harmonioso, seja através da concretização do Sistema de Mobilidade do Mondego e dos investimentos públicos urgentes nos equipamentos de saúde da região, seja no lançamento de investimentos estratégicos nacionais para a próxima década, quer ferroviários, quer aeroportuários.

Queremos também que Coimbra seja uma cidade cada vez mais moderna, atrativa, segura e orgulhosa de si mesma. É por isso que através da política fiscal continuamos a empreender o desencorajamento do abandono dos imóveis e, por outro lado, a incentivar a sua reabilitação para atrair famílias jovens para residir no coração da cidade.

Em Coimbra, sete anos após a inscrição na Lista do Património Mundial, sabemos que esta classificação afirmou a nossa cidade com uma intensidade e visibilidade nunca registada a nível internacional, atraindo muito turismo, desenvolvendo quantitativa e qualitativamente a nossa produção cultural e empreendendo a reabilitação urbana, impulsionada, também, por um forte investimento municipal na requalificação do espaço público. Assim, da nossa responsabilidade direta continuamos a executar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, reabilitando prédios, ruas, avenidas, largos, becos e praças do espaço público da Alta e da Baixa de Coimbra.

Mas para podermos prosseguir com esta visão estratégica no Município de Coimbra é imperativa uma gestão séria e rigorosa que permita, de forma eficiente, sustentável e transparente, qualificar e valorizar o



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

nosso território. E para tal, é necessário, desde logo, ter contas certas, rigorosas e positivas, como foi o caso do Exercício de 2019, que terminou com 31,5 milhões de euros de saldo de gerência positivo.

Este saldo foi fruto de uma gestão exigente e bem delineada e não à custa de reduções salariais, de subida de impostos ou do adiamento de investimentos, bem pelo contrário. Exemplo disso, e fruto desta gestão criteriosa, é a aplicação da taxa mínima legal possível do IMI dos prédios urbanos pela primeira vez em 2019, que resulta numa poupança superior a 16M€ para as famílias coimbricenses, enquanto esta autarquia tem a saúde financeira e a capacidade necessárias para realizar todos os investimentos financiados e programados pelo Portugal 2020 e, ao mesmo tempo, aumentar expressiva e significativamente o apoio às Freguesias da nossa cidade.

Partindo destes princípios, entendemos que o desenvolvimento de Coimbra, a cidade das 31 freguesias, é, não só, uma ambição muito relevante para quem aqui vive, mas também constitui um aspeto significativo do interesse nacional e da dimensão democrática e humanista da Europa.

E é também neste contexto que se insere um dos maiores desafios da nossa cidade para o próximo ano: a candidatura a Capital Europeia da Cultura para 2027. Trata-se de uma candidatura que está a ser preparada há mais de três anos e que consiste num verdadeiro projeto de mudança positiva, agregadora e criativa. Embora estejamos convictos de que Coimbra possui reais condições para apresentar uma candidatura vencedora, o caminho percorrido já vale por si só, pela reflexão que está a proporcionar, pela mobilização que está a gerar, pelas possibilidades que está a criar e pelos projetos que já estão em realização.

Assim, esta visão global consiste em construir as condições essenciais para que sejam possíveis a inovação, a criatividade, o desenvolvimento económico, a ação social, a participação cívica, o exercício da cultura e a afirmação do património histórico e intelectual no nosso município.

A concretização desta visão para Coimbra consubstancia-se em linhas de orientação estratégica densificadas no Orçamento para 2021 e nas Grandes Opções do Plano, através da definição dos objetivos, programas e ações dotadas de financiamento adequado já definido. Como temos afirmado a nossa ambição é fortalecer Coimbra como:

- Cidade Empreendedora, de Investimento, de Inovação, de Tecnologia e de Indústrias Criativas;*
- Cidade Solidária, Humanista, Segura e Ambientalmente Responsável;*
- Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento;*
- Cidade Turística e Acolhedora;*
- Cidade Educadora, do Desporto e da Juventude;*
- Cidade da Saúde;*
- Cidade promotora da participação dos cidadãos nas políticas públicas.*

Outros desafios decorrerão da aceitação de novas atribuições e competências para a autarquia no âmbito do processo político em curso, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local democrático. O poder local tem como missão essencial assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade às suas comunidades. Não visa o lucro, antes procura a gestão equilibrada das contas promovendo as políticas públicas adequadas à resolução dos problemas concretos das pessoas. Este é, aliás, o desiderato essencial do poder local, em Portugal e na Europa.

Assim, o documento que ora apresentamos reforça as capacidades autárquicas para responder com eficiência e eficácia, com responsabilidade económica e social aos desafios que a pandemia nos coloca. Da nossa parte, continuaremos a agir proativamente para enfrentar com determinação esses desafios, garantindo a criatividade e a resiliência necessárias para superarmos as dificuldades, para servirmos os cidadãos e o município com espírito de missão e para continuarmos a valorizar Coimbra.

É para isso que trabalhamos todos os dias!”

A Senhora Vereadora Regina Bento proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

“A pandemia de COVID-19, declarada pela OMS em 11 de março deste ano, tem vindo a provocar inúmeros constrangimentos nas nossas vidas e no funcionamento das instituições, incluindo naturalmente nos serviços municipais. Por esses motivos, o próprio prazo de submissão da proposta de orçamento municipal foi este ano modificado por Lei, passando para 30 de novembro, ao invés de 31 de outubro, conforme estipulado na Lei 73/2013. Num quadro de pandemia, nunca antes vivenciado, a preparação da proposta de GOP e Orçamento para 2021 revestiu um natural grau de incerteza com vista a evitar desequilíbrios orçamentais.

De qualquer forma, seguindo o habitual cronograma de preparação dos documentos previsionais na administração local, a preparação das GOP e Orçamento para 2021 foi iniciada no mês de setembro com a publicação do Despacho do Sr. Presidente que define as orientações e prazos. Os diversos serviços municipais submeteram as suas propostas que foram, de seguida, compiladas e trabalhadas pelo Departamento Financeiro.

Na 3.^a semana de outubro foram promovidas reuniões de trabalho com os Srs. Vereadores com pelouros e respetivos dirigentes dos serviços no sentido de ajustar as propostas ao orçamento disponível. Dessas reuniões saíram diversas alterações que foram trabalhadas pelo Departamento Financeiro. Na semana seguinte foi feita reunião de trabalho com o Sr. Presidente para consolidação da proposta final.

Entre 28 e 30 de outubro foram realizadas as reuniões com os representantes dos grupos políticos com assento na Assembleia Municipal, ao abrigo do direito do Estatuto de Oposição.

A 17 de novembro foi realizada reunião com os Srs. Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia para apresentação da proposta relativa ao apoio às freguesias.

• Considerações relativas ao conteúdo da proposta de GOPS e Orçamento para 2021

1. A proposta de Orçamento e GOPs para 2021 totaliza **162.730 M€**, dos quais cerca de 117M€ respeitam a receitas correntes e cerca de 45M€ a receitas de capital. As despesas correntes representam 62% (cerca de 100M€) e as despesas de capital têm um peso de 38% (cerca de 61M€).
2. Trata-se de um orçamento que cresce cerca de 8,4M€ em relação ao orçamento atual, após modificações orçamentais realizadas ao longo do ano, e que cresce cerca de 11,9M€ relativamente ao orçamento inicial aprovado para 2020 que, recorde, foi de cerca de 150M€.
3. Um orçamento que cresce mantendo a política fiscal, não aumentando por isso impostos, não aumentando taxas, não aumentando os preços dos passes sociais e continuando a aplicar mais de 50% da receita (54%) em funções sociais, aumentando até mais de 7 M€, em relação ao orçamento de 2020, a dotação em áreas como a educação, a saúde, a ação e habitação social, cultura e desporto.
4. O orçamento cresce essencialmente devido a 3 ordens de fatores:
 - a. Aumento das transferências de capital – cerca de + 2M€
 - b. Aumento das transferências correntes - + 7,7 M€ - aumento do FEF; transferências de competências; programa PRO-Transp; participação variável do IRS;
 - c. Aumento das outras receitas de capital onde se incluem os empréstimos BEI no montante total de 3,3M€;
5. Trata-se de um orçamento que apresenta uma forte componente de investimento. Apresenta aliás o maior pacote de investimento desde 2005, ascendendo a cerca de 57M€, contabilizando neste pacote os investimentos financiados pela Câmara feitos pelos SMTUC e Juntas de Freguesia.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

6. *Relativamente às Juntas de Freguesia, contemplando o processo de assunção de novas competências ao abrigo do processo de descentralização, já aceite por mais de metade das juntas de freguesia, esta proposta de orçamento para 2021 aumenta significativamente as transferências para as Freguesias, em mais de 2M€, representando já um peso superior a 11% das GOP. O valor total inscrito no programa descentralização e apoio às Uniões e Juntas de Freguesia é de cerca de 9M€, ao qual acrescem inúmeras dotações dispersas pelas GOP relativas a obras nas JF que serão assumidas diretamente pela Câmara.*
7. *Os programas com maior dotação nas GOP para 2021, para além do apoio às Juntas de Freguesia, são:*
 - a. *programa igualdade de oportunidades para a educação – 13,2M€ (+ 2,4M€)*
 - b. *programa da Função Social do Transporte Público – 12,9M€*
 - c. *programa da reabilitação urbana – 12,8 M€ (neste programa destacam-se diversos cofinanciamentos externos, através de participações do PT 2020, no âmbito do PEDU – Praça do Comércio, requalificação do Parque Manuel Braga, Largo da Sé Velha, valorização do percurso Universidade/Arco de Almedina, Rua para todos-Baixa e Rio, etc);*
 - d. *programa de equipamentos e infraestruturas estruturantes – 9,5M€ (Estabilização na margem direita do Rio Mondego, interfaces intermodais “Coimbra Norte”, “Coimbra Nascente” e “Coimbra Sul/Poente” incluídos no PEDU-fase 2, Elevador das Escadas Monumentais, etc.);*
 - e. *programa da promoção da habitação, reconstrução e renovação urbana – 9,2M€;*

É um orçamento de esperança, num momento particularmente difícil para toda a população devido à pandemia de COVID-19, preparado para os tempos difíceis que se adivinham”.

O Senhor **Vereador José Silva** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Segundo o n.º 5 do artigo 4.º do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, “as Propostas de Orçamento do Município, Grandes Opções do Plano e respetivas Revisões, bem como as Propostas relativas às Orientações Estratégicas e aos Instrumentos de Gestão Previsional das entidades do sector empresarial local do Município, ou ainda de outras entidades sobre as quais a Câmara Municipal deva pronunciar-se, são distribuídas aos Vereadores com a antecedência mínima de quinze dias, devendo a documentação a fornecer, em anexo às mesmas, ser completa, incluindo os pareceres dos Serviços Municipais e de outras Entidades externas”. É impressionante a diferença para Coimbra. Aqui recebemos os documentos com dois dias de trabalho de antecedência, para serem analisados por vereadores que continuam a ter de trabalhar nas suas profissões, mas em Lisboa os mesmo documentos são distribuídos com 15 dias de antecedência. Talvez por isso Lisboa seja uma cidade grande, porque é governada por pessoas com mente mais aberta e democrática, enquanto Coimbra continua uma cidade cada vez mais pequena, por ser governada por pessoas de mente pequena e não democrática. Não podíamos deixar de verberar esta falta de respeito pela oposição, pela democracia e por Coimbra.

Era desejável que o Partido Socialista tivesse dialogado atempadamente, em setembro de 2020, com todas as forças políticas. Porém, pelo menos com o Somos Coimbra, não o fez, limitando-se a cumprir a formalidade legal de convocar o Somos Coimbra no final da complexa corrida de fundo que representa a elaboração de um orçamento camarário, já com o mesmo encerrado no essencial. Fica assim provado que o Presidente da Câmara não conta com os vereadores do Somos Coimbra nem com as propostas do movimento Somos Coimbra para desenvolver o concelho e aprovar o orçamento.

Este é o maior orçamento da atual legislatura, por incorporar a descentralização, pelo que merecia que a Câmara o tivesse trabalhado de outra forma com os grupos políticos representados no executivo. Infelizmente, é notório que não se identifica em todo o documento um único grande investimento ou linha de



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ação estratégica que permita inverter a tendência de declínio de Coimbra e que mereça referência, continuando o orçamento caracterizado na sua maioria por um copy-paste de promessas e intenções incumpridas de muitos anos anteriores, com centenas de campos abertos apenas com dez euros.

Para nós, a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, pelo seu potencial transformador do concelho, representa o mais importante projeto para o futuro próximo de Coimbra e deveria merecer um destaque particular e central nas GOP e no orçamento para 2021. Porém, é espantoso que tal não aconteça, verificando-se que a candidatura está absolutamente minorizada, de forma inexplicável.

Como terá de ser apresentada a candidatura até 23 de Novembro de 2021, choca-nos que esteja reservado para os trabalhos de preparação pouco mais de um milhão de euros, sabendo nós que continua a não ser disponibilizada à Comissão uma estrutura profissional suficiente para apoio adequado à dimensão e ambição da candidatura e da Comissão que a prepara, o que é extremamente preocupante, profundamente surpreendente e manifestamente injustificável.

As nossas preocupações agudizaram-se com a leitura do ponto 19, e último, do relatório do segundo ano de atividades do Grupo de Trabalho da Candidatura de Coimbra a CEC 2027, referente aos compromissos anunciados em 2019 e ainda não resolvidos por razões que são alheias ao Grupo de Trabalho, ficando claro que são da responsabilidade desta Câmara. São três e todos eles absolutamente essenciais e de transcendente importância: I. Criação de um modelo de financiamento e gestão que garanta ao Grupo de Trabalho mais autonomia e capacitação financeira; II. Constituição de novas parcerias e reforço da internacionalização; III. Envolvimento da CIM. Ora, este orçamento não apresenta qualquer indicação estratégica de disponibilização de meios suficientes para resolver os problemas elencados e para conduzir a candidatura de Coimbra a bom porto.

Só pelas questões referentes à candidatura a capital europeia da cultura 2027, este é um péssimo orçamento. Temos falado nesta problemática todos os anos e, agora, o relatório do Grupo de Trabalho veio dar-nos razão. Com outra Câmara, tudo seria diferente e muito melhor.

Um outro assunto primordial para o Somos Coimbra é o reforço de verbas para as freguesias, tendo como valor indicativo 10% do orçamento total da Câmara, e o inequívoco cumprimento do espírito e da letra do DL 57/2019, que está a ser dramaticamente violado.

Lamentavelmente e de uma forma reveladora do seu espírito patologicamente centralizador, a Câmara impôs uma versão minimalista da descentralização às Juntas de Freguesia do Partido Socialista e recusa cumprir o DL 57/2019 relativamente às Juntas que pretendem assumir a real descentralização prevista, não cumprindo sequer os prazos previstos na legislação. Pelo menos a UFC e a UFSB já entregaram propostas escritas, por não terem chegado a um acordo prévio, que a Câmara tinha de discutir e votar no prazo de 30 dias corridos, para serem presentes à Assembleia Municipal. Como a Câmara Municipal não pode propor alterações à proposta apresentada pelas Juntas de Freguesia - art.º 5.º n.º 5 do DL 57/2019, de 30 de abril -, estas propostas foram sujeitas a um miserável veto de gaveta.

Espantosamente, o orçamento da Câmara afirma que “o expressivo apoio da Câmara Municipal às Freguesias será significativamente aumentado, relativamente aos anos anteriores, representando um peso para a dotação orçamental das GOP de cerca 11%”, o que é absolutamente falacioso. Na verdade, descontado o valor transitado de anos anteriores, por não ter sido executado, o valor previsto para as transferências financeiras para as freguesias (constantes dos quadros 3.9 e 3.10 – pág. 37/374) é de apenas 3% do orçamento para 2021, que é de 162,73 milhões de euros, muito aquém daquilo que as freguesias merecem e necessitam e do que foi aprovado em 2018 numa recomendação da Assembleia Municipal.

Mesmo acrescentando aos orçamentos das freguesias os saldos transitados, essencialmente resultantes dos atrasos da própria Câmara na obras e atividades que as freguesias tentam concretizar, como é o caso da curva da Zouparria em Souselas, o orçamento global das freguesias passa só para 8,938 milhões de euros, que são apenas 5,5% do orçamento da CMC para 2021. É importante referir que esta comparação nem é correta, pois os 162,73 milhões de euros ainda não incluem o saldo de gerência de 2020, que só será acrescentado ao orçamento depois de fechadas as contas de 2020, em princípio em abril próximo. A



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

comparação correta é de orçamento do ano das freguesias com orçamento do ano da CMC, que são os 3% referidos acima.

É importante chamar a atenção para o facto de os saldos transitados das freguesias (3,990 milhões de euros) representarem 80% do orçamento do ano, o que dá bem ideia do travão ilegítimo que a CMC coloca à atividade das freguesias, um verdadeiro pau na roda que prejudica os fregueses e os pequenos empresários locais.

Este ano o PS inventa uma dotação nova para as freguesias: 2,461 milhões de euros de "Financiamento não definido", isto é, que o Presidente da Câmara pode atribuir às freguesias se lhe apetercer, e como lhe apetercer. Ou não atribuir de todo, pois o "Financiamento não definido" só se concretiza "mediante aumento das receitas e/ou contratação de novas fontes de financiamento, alterações ou revisões orçamentais", o que não se sabe se vai acontecer, pois nenhuma indicação é dada sobre que novas fontes de financiamento poderão ser essas. Mesmo tendo em conta essa parcela mirífica, o orçamento das freguesias subiria para 11,399 milhões, que são apenas 7% do orçamento.

É tanta a vergonha da apresentação por freguesia dos contratos não concretizados e transitados de anos anteriores, devido à discriminação política negativa de algumas freguesias, que tal apresentação não é explicitamente feita este ano nos mesmos quadros! Porém, o valor global dos contratos transitados de anos anteriores aumentou de 3 milhões e 140 mil euros para 3 milhões e 989 mil euros, traduzindo mais uma evidência da disfuncionalidade da Câmara, porque, propositadamente, não há um reforço dos meios do Gabinete de Apoio às Freguesias, o que é inqualificável.

Recordamos que o financiamento das freguesias e a atempada realização das obras previstas foi uma questão central no chumbo da proposta do orçamento para 2020 e que, como agora se prova, este valor está muito aquém do que tem sido defendido por todas as outras forças políticas. Parece que o PS quer seguir este ano o mesmo caminho do ano passado. Neste âmbito, o PS nem sequer cumpriu o compromisso assumido de publicar relatórios trimestrais relativamente ao cumprimento dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia e muito menos de uma calendarização para a recuperação dos atrasos.

Mudando de tema, reafirmamos a nossa discordância da política fiscal da Câmara para o orçamento de 2021, a nível do IRS, do IMI e da Derrama. Foram recusadas todas as nossas propostas de alívio fiscal sobre os contribuintes de Coimbra, que seria particularmente importante neste momento de grave crise social e económica devida à pandemia COVID-19, agravada pela forma contraditória, insuficiente e errada como o Governo com ela lidou, e igualmente recusado algum alívio fiscal sobre as empresas, para tornar o concelho mais competitivo na atração de investimento e fomentar a criação de emprego. Não podemos aceitar esta aversão ao investimento empresarial e à criação de emprego.

A nível de investimento empresarial e a consequente criação de emprego e de dinâmica social, Coimbra está num permanente declínio relativo. Segundo a PORDATA, no indicador empresas financeiras por 100 habitantes, em 2010 Coimbra era o 22º concelho nacional, em 2013 era o 41º e em 2018 o 65º. Naturalmente, este indicador reflete-se na população residente; em 2010 Coimbra era o 16º concelho nacional em número de residentes, em 2013 era o 18º e em 2019 era o 19º, com apenas 134 mil habitantes. A adinamia empresarial de Coimbra e o elevado valor das avaliações dos imóveis fazem com que Coimbra seja um dos três municípios para os quais a receita do IMI representou uma parcela muito significativa dos recursos auferidos, ultrapassando os 30% da receita total cobrada [Vila Nova de Gaia (30,9%); Portimão (41,6%) e Coimbra (31,2%)]. No Ranking Global dos municípios de grande dimensão, quanto aos municípios com melhor eficiência financeira comparativa, de acordo com o anuário financeiro dos municípios portugueses, Coimbra tem vindo a decair, 11º em 2017, 17º em 2018, 18º em 2019, com apenas 824 pontos; o primeiro é o município do Porto, com 1744 pontos, para um máximo possível de 1900 pontos.

O que mais gostaríamos de poder encontrar e analisar neste orçamento era precisamente aquilo de que Coimbra mais carece, as orientações estratégicas da Câmara para o futuro, com um claro rumo de desenvolvimento sustentável e respeito pelo meio ambiente, de competitividade, de atração de grandes investimentos em novas empresas, de criação de emprego e atração e fixação dos mais jovens, de libertação



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

da energia criativa e empreendedora da cidade, de resolução dos graves problemas sociais do concelho (nomeadamente com 553 famílias a aguardarem por respostas da Habitação Social), de aposta estratégica na Saúde, na Educação, na Cultura, na Inovação, no Turismo e no Desporto (muito para além dos simples atos de gestão corrente e atribuição de apoios financeiros), de melhoria integrada dos transportes e acessibilidades, em particular nas zonas mais gravemente congestionadas da cidade, como a Casa do Sal e o perímetro dos três Hospitais localizados na zona de Celas e a definição de um caminho para a afirmação de Coimbra como a centralidade de uma grande área metropolitana da região centro. Nada disto é descartável neste orçamento.

Por exemplo:

Para o programa Municipal para as Alterações Climáticas estão reservados 10€. Enfim, talvez seja insuficiente...

A verba inscrita para o ensino básico e secundário continua a ser obviamente insuficiente para dar resposta às urgentes necessidades de escolas como a José Falcão e a Eugénio de Castro, que continuam sem nenhum projeto, nenhuma estratégia ou plano de ação.

Para a melhoria dos acessos ao Hospital dos Covões estão previstos 10 Euros. Será assim que querem colocar lá uma Maternidade?

O programa na área da Saúde revela a habitual pobreza da Câmara de Coimbra nesta área. Nem com a descentralização melhorou.

O programa 02 003 “Dinamização e Promoção do Turismo”, que também deveria ser de enorme pertinência para Coimbra, é um copy-paste do paupérrimo programa do ano anterior, com exceção da relegação do projeto da “Linha de elétricos entre a Rua da Alegria e a Rotunda das Lages” para os quadros com uma dotação de 10 euros.

Enfim, poderíamos aqui fazer dezenas de anotações relevantes relativamente às dotações de 10 euros, que ilustram a completa falta de estratégia e a navegação à vista desta Câmara.

A palavra ‘aeroporto’ está desaparecida das GOP desta Câmara. Significa que a promessa do PS, feita sob palavra de honra e que não será esquecida, não vai ser cumprida.

É absolutamente evidente que este orçamento e estas GOP não são adequadas às necessidades e exigências de Coimbra, o que se tem traduzido na contínua perda de população e baixos níveis de investimento industrial, nem à ambição de desenvolvimento e qualidade de vida dos seus municípios, nem sequer desenha um caminho de futuro, desaproveitando o enorme capital humano, cultural, científico, geográfico, histórico e patrimonial do concelho de Coimbra.

Nesta nossa apreciação, como já fizemos no passado, recorreremos novamente às exigências do PS do Seixal, como oposição à Câmara PCP/CDU, para poder considerar a aprovação do orçamento proposto pela Câmara. Exigimos medidas de transparência essenciais, como a transmissão online das reuniões do executivo da câmara, mantendo-as disponíveis para visualização em qualquer horário, o cumprimento integral do Regimento das reuniões da Câmara, violado em todas as reuniões com o não agendamento das propostas da oposição, e a abertura do Portal da Câmara de Coimbra à oposição.

Para não nos alongarmos demasiado nestas considerações e devidamente justificado o nosso sentido de voto, como pretendemos manter a nossa postura construtiva, o Movimento ‘Somos Coimbra’ faz questão de apresentar formal e telegraficamente um conjunto de 66 propostas dentro daquilo que consideramos que Coimbra mais necessita, a melhoria funcional e aceleração da resposta da Câmara a todos os que a procuram, municípios e empresários, e uma estratégia de desenvolvimento sustentável, de incremento da qualidade de vida, de fomento da criação de emprego, de uma verdadeira smart-city, que gostaríamos de ver integradas nas GOP e Orçamento da CMC para 2021, com dados concretos e temporizados.

Assim, de entre as bem mais de 200 propostas que ao longo destes três anos fomos apresentando e solicitando que fossem estudadas e agendadas para debate, o que nunca aconteceu, demonstrando inequivocamente que a coligação PS-PCP nunca contou com as competências do movimento Somos Coimbra e dos seus vereadores para colaborar na governação de Coimbra, apresentamos o seguinte leque de propostas, de carácter mais transversal:”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nesta altura o Senhor **Vereador José Silva** interrompeu a leitura do documento e propôs ao Senhor Presidente que este desse por reproduzido o conteúdo total do mesmo na ata desta reunião, para não ocupar mais tempo ao Executivo com a enumeração das 66 propostas que pretende deixar.

O Senhor **Presidente** disse que o Senhor Vereador José Silva lhe estava a propor uma vigarice, um ato desonesto, uma vez que queria que constasse numa ata que foi lido o que, efetivamente, não foi lido. A única coisa que se pode registar em ata é que o Senhor Vereador se referiu a 66 propostas, afirmou.

O Senhor **Vereador José Silva** fez, então, menção de ler as 66 propostas, tendo o Senhor **Presidente** recusado, alegando que o Senhor Vereador já havia excedido em muito o seu tempo de intervenção.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** deixou uma primeira palavra de elogio ao rigor e qualidade técnica do documento apresentado pelos serviços municipais, como aliás já vem sendo hábito. De seguida, proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município (GOP) configuram um conjunto de propósitos, que permitem, essencialmente, apreciar quais as prioridades do executivo camarário.

Já anteriormente, no processo de análise e discussão das GOP e Orçamento Municipal para 2019, a CDU identificou diferenças consideráveis em relação ao que defende em múltiplas áreas.

A CDU avançou então com um conjunto de propostas, que considerou urgentes e exequíveis (algumas das quais, aliás, sem impacto na despesa para 2019), cuja recetividade condicionaria o sentido de voto da bancada na Assembleia Municipal.

Então, o Partido Socialista reconheceu a validade, importância e exequibilidade de algumas das propostas, assumindo o seu acolhimento.

A CDU viabilizou, com a abstenção, que, com o saldo de gerência, a aprovar em abril, se corrigissem várias distorções das GOP e que, até lá, fossem dados sinais inequívocos de concretização das propostas que não acarretassem tradução ou impacto orçamental.

Obteve-se um sinal positivo: o acolhimento pelo executivo da proposta de reforço das verbas, traduzido na inclusão de mais 1 milhão de euros para as freguesias em sede de GOP.

Chegado abril, verificou-se que essas propostas, no respeitante a várias questões fundamentais – disponibilização às freguesias dos projetos para obras contratualizadas, inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares, aquisição de equipamentos e maquinaria, definição e execução de plano que garanta mobilidade pedonal para todos, reforço e diversificação dos apoios às entidades e agentes culturais, entre outras – nada tinha sido feito. Assim, a 18 de abril de 2019, a CDU votou contra a proposta de revisão orçamental.

Confrontado com a reprovação, o PS decidiu dar um passo no acolhimento das propostas da CDU, acrescentando à proposta de revisão orçamental um documento denominado “Enquadramento e apresentação complementar”, no qual assumiu diversos compromissos.

Assumidos que foram (por escrito e publicamente) estes compromissos pelo PS, a CDU, que jamais abdicará de pugnar pelos interesses do concelho e dos seus habitantes, não inviabilizou a aprovação da revisão orçamental, mas deixou claro que estaria atenta à sua execução, reafirmando que a sua não concretização em 2019 teria naturais consequências.

Em 29/10/2019, constatou-se que os compromissos assumidos pelo PS perante o Executivo Municipal, a Assembleia Municipal e os Municípios não foram concretizados, pelo que a CDU, reiterando todas as propostas que apresentou na discussão do orçamento anterior, pelas razões expostas, anunciou o voto contra a proposta de orçamento e GOP para 2020.

O PS, face à inviabilização previsível do Orçamento para 2020, manifestou recetividade relativamente à apresentação de propostas que pudessem facilitar a viabilização dos documentos. A CDU então propôs condições que permitiriam viabilizar o documento.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Após discussão conjunta com o Partido Socialista foi assumida, por escrito, a inclusão nas GOP de um conjunto de compromissos que permitiram, pela sua importância, a viabilização do orçamento e GOP para o ano de 2020.

Relativamente a 2021, a CDU considera que as propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentadas pelo PS ao executivo municipal de Coimbra, continuam substancialmente diferentes do que seriam as suas opções para o concelho. No âmbito da consulta aos partidos com assento na Assembleia Municipal a CDU manifestou a sua disponibilidade para contribuir com propostas para as GOP e Orçamento para 2021.

A CDU apresentou várias propostas para 2021, em diferentes âmbitos: das Freguesias; Refeições escolares; Recursos humanos e materiais; Mobilidade; SMTUC; Reabilitação urbana e habitação a custos controlados e Cultura.

Decorrido um intenso processo negocial, reconhecemos que o PS deu passos significativos no sentido do acolhimento das propostas CDU, assumindo diversos compromissos relativos a matérias fundamentais reclamadas pela CDU, das quais destacamos a recuperação dos atrasos nos projetos de obras das freguesias, o reforço da implementação de um novo modelo de refeições escolares, na área da mobilidade e na área da cultura.

Assim, a CDU, força política responsável, que pauta a sua atuação pela reivindicação de melhores condições de vida para as populações, reafirma a sua inteira independência face a outras forças políticas e a sua permanente disponibilidade para encontrar soluções que vão ao encontro da melhoria da qualidade de vida dos coimbricenses.

Deste modo, ainda que estas não sejam as GOP que a CDU preconizaria, consideramos que as propostas agora apresentadas correspondem a passos reais de aproximação, com vista à concretização das necessidades por nós identificadas, razões pelas quais a CDU não inviabilizará esta proposta de orçamento municipal e GOP para 2021.”

A Senhora **Vereadora Madalena Abreu** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

“Votamos contra as GOP e Orçamento proposto para 2021 pois estas apresentam a continuação de uma estratégia PS de impacto negativo no desenvolvimento económico e social do concelho.

Este modus operandi é ainda mais gritante pelo facto de ser o corolário de quase 4 anos de uma governação que acontece primeiro num contexto de crescimento económico do país e do mundo, cenário esse que parece ter sido esquecido por este executivo e que operou em contraciclo; e agora com o imenso desafio que se coloca pelos efeitos da crise pandémica e que este orçamento também parece não querer enfrentar de forma corajosa e decida.

Analisado o orçamento que encerra estes 4 anos fatídicos de governação socialista/comunista deste Município iremos destacar 3 grandes desígnios, seguidos de factos concretos que demonstram esta avaliação. Na explicação das razões dos erros deste orçamento, são ainda acrescentadas considerações sobre o que deveria ser feito:

1 Ausência de obras estruturantes.

Este ponto encontra-se plasmado por algumas ações e várias inações.

- *Esta Câmara Socialista/Comunista não fez as transferências de verbas para as freguesias se acordo com o que foi sugerindo e prometido tendo-se convertido o valor dos 10% de transferência do orçamento para as Juntas e Uniões de Freguesia numa miragem longínqua e inalcançada. A este respeito, este executivo demonstrou a sua incapacidade em delegar competências. E mais uma vez, os valores são agora mascarados. As transferências resumem-se agora a 3% do tal do orçamento (uma soma de 4.947.802,86€ de transferências num orçamento total de 162.730.000€).*
- *Esta Câmara habituou-se primeiro a anunciar, segundo a não concretizar, procurando logo de imediato outro tema para desviar a atenção dos anúncios de obras não feitas. Quer dizer, a Câmara vai apresentando relatórios de possíveis obras que não chegam “a ver a luz do dia”. Esta narrativa socialista pode ser facilmente percecionada nas despesas de investimento anunciadas e não*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

executadas. Quando se olha para o plano plurianual de investimentos, verificamos que nos anos de 2019 e 2017 apenas cerca de 8% do orçamento total foi executado!

Plano Plurianual de Investimentos (PPI) - Percentagem do investimento (PPI) na execução total do orçamento.

PPI		fonte: relatórios de gestão		
Ano	Orçamentos [Inicial]	Orç. corrigido	Execução	% orç. total
2020	46 496 319 €			
2019	34 447 689 €	28 041 831 €	7 757 351 €	8,84%
2018	35 124 922 €	36 174 121 €	11 540 236 €	14,36%
2017	25 294 898 €	31 753 775 €	6 608 483 €	8,20%

- Os programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU) devem estar plasmados no plano plurianual de investimento (ver Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, com alterações introduzidas pela Lei n.º 74/2017 de 16/08, artigo 56.º - Programação da execução, na alínea 5 diz que A programação dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal é obrigatoriamente inscrita nos planos de atividades e nos orçamentos municipais, nos termos e condições previstos na lei), o que não se encontra neste orçamento.
 - A incapacidade de planear e investir em áreas fundamentais como a educação é bem visível quando não se encontra as verbas prometidas neste orçamento para a requalificação da Escola José Falcão e da Escola Eugénio de Castro, ambas em péssimo estado de conservação. Afinal para que se aceitaram as competências na área da educação?
 - As obras emblemáticas para a Cidade foram sendo sucessivamente anunciadas sem epílogo. As docas foram encerradas a 11 de janeiro de 2016, e ainda hoje o município não pode usufruir deste espaço com os equipamentos como os cafés e restaurantes. Outro exemplo são as obras na margem direita do Rio Mondego tendo a Avenida Cidade Aeminiun sido encerrada a 14 de Janeiro de 2018. Outro exemplo é o Mercado Municipal D. Pedro V: a obra de refuncionalização só foi adjudicada a 21 de outubro de 2019, tendo sido dito por este Executivo que no início de 2018 que em seis / sete meses o mercado estaria renovado.
 - Neste capítulo das obras inexistentes seria de todo aconselhável retirar do papel a via estruturante que ligaria Santa Clara a São Martinho do Bispo, a ligação Casais – Cidreira e a requalificação do denominado Anel da Pedrulha entre a Estrada 111 e o IC2, obras que aparecem sempre cabimentadas mas teimam em não sair do papel.
 - Esta fábula sobre obras prometidas atinge o seu epicentro na anunciada construção do Aeroporto Internacional de Coimbra, em Cernache, história que parece estar agora encerrada neste orçamento.
 - Não poderemos deixar de referir neste ponto de obras que não acontecem que, provavelmente, os milhões aferrolhados vão ser agora gastos pois estamos a uns meses de eleições.
- 2 Orçamento despesista e que não faz face ao que é urgente!**
- Este orçamento não responde à grave crise sanitária e económica que atravessamos.
 - Este orçamento é “contra corrente” nestes tempos de epidemia e dos seus efeitos nefastos da sociedade: verifica-se um recorde mínimo de investimento público nas áreas da educação, saúde e infraestruturas, tendo este último setor um efeito de alavancagem no emprego e na retoma económica.
 - No entanto, e de acordo com a nota do município de Coimbra, o orçamento municipal proposto para 2021 será o maior de sempre, resultante das verbas que a administração central terá de



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

transferir no âmbito do processo da descentralização de competências, designadamente nos domínios da Educação, Saúde e Freguesias e ainda os investimentos nas obras de requalificação das margens do rio Mondego e os empréstimos do Banco Europeu de Investimentos. Assim, prevê-se um orçamento na ordem dos 160 milhões, superior em cerca de 10 milhões de euros face aos 150.806,00 m€ apresentados em 2020.

- *As obras nos Centros de Saúde continuam a arrastar-se, como é exemplo o Centro de Saúde Fernão Magalhães.*
- *Nesta altura de pandemia a digitalização tornou-se um fator de vida das comunidades. Continuamos a assistir a uma quase ausência da digitalização dos processos burocráticos, o que permitiria que os serviços desta Câmara fossem levados aos cidadãos de forma mais conveniente, eficiente e transparente. Infelizmente temos hoje que voltar a recordar que ainda fazemos parte do reduzidíssimo grupo de municípios deste país que não se adaptou aos tempos de pandemia impossibilitando a realização das reuniões através de videoconferência. Concelho este que quer continuar a ser conhecido com a Cidade do Conhecimento... Mas que ironia!*
- *Não se encontra o planeamento consistente de apoio à retoma económica quer a curto quer a médio prazo; e os Concelhos que se destacarão no regresso desejado pós pandémico são os que planearem e promoverem o investimento da atividade económica e consequente criação de emprego, ações coordenadas estas e promovidas pela Câmara envolvendo os diferentes stakeholders do Município. Neste capítulo continua a verificar-se o abandono dos parques empresariais e industriais do Concelho, do Iparque ou da sonhada plataforma logística de Souselas.*

3 Orçamento sem critérios e sem a desejada equidade social.

- *A ausência de critérios plasmada no orçamento é inimiga da equidade social, e nas relações cordiais entre instituições. E promove a subsidiodependência.*
- *É possível verificar que os pelouros da Habitação social e do Urbanismo constituem os piores exemplos da governação municipal socialista e comunista: Hiperburocráticos, ineficientes e com uma gestão do dia-a-dia sem qualquer visão estratégica.*
- *Este Executivo Socialista/Comunista continua a não planear, ou a não querer divulgar, domínio a domínio, quais as transferências e o seu impacto no orçamento municipal bem como, para além da questão financeira, quais os recursos (humanos, materiais ou organizacionais) que também irão ser objeto de transferência para a esfera municipal. Em momentos diferentes a vereação PSD questionou este executivo acerca do impacto que as transferências da administração central vão ter, no âmbito do processo da descentralização de competências nos domínios da Educação, Saúde e Freguesias para 2021. Também neste ponto é de salientar a ausência de resposta às Uniões/Freguesias que se viram, assim, impossibilitadas em tempo útil de dispor das verbas orçamentadas de modo a conseguirem concretizar os seus projetos.*
- *A gestão dos impostos é uma história mal contada. O PSD Coimbra tem vindo a alertar que este executivo tem vindo a cobrar mais impostos como nenhum outro. A título de exemplo, olhemos para o IMI: nos primeiros seis anos de governação socialista e comunista (2014-2019), o acréscimo de valor pago pelas famílias em IMI foi de 29.163.067€ face ao período homólogo (seis anos anteriores, entre 2008 e 2013). No capítulo do IMI, não se entende a teimosia desta Câmara Socialista/Comunista ao não contemplar na sua proposta de aplicação de taxas de IMI a dedução do imposto a pagar em função do número dos dependentes (IMI Familiar), ao contrário de 77% dos municípios portugueses! Sendo esta medida vista como urgente na atração e fixação de famílias no Concelho. Estes 6 anos mostraram que investir nas famílias não é dar a casa, pagar refeições escolares ou dar os passes de transporte, é sim criar oportunidades de emprego e uma cidade onde cada um possa crescer e orgulhar-se do seu contributo à cidade.*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Lamentamos que numa altura como a que vivemos as GOP e orçamento apresentado por este Executivo Socialista/comunista apenas acentue as fracas taxas de execução do investimento municipal, o desnorte no caminho estratégico, acentuando a vertente meramente burocrática da ação desta Câmara”.

A Senhora **Vereadora Paula Pêgo** começou por felicitar os serviços técnicos pela elevada qualidade dos documentos apresentados e em apreciação e colocou duas questões: a primeira, sobre a GOP *Cidade Solidária e Humanista*, e a segunda sobre a GOP *Cidade Educadora do Desporto e Juventude*. Na Ação Social e Família, constata-se uma variação negativa de 38% relativamente ao ano de 2020, pelo que questionou em que é que se materializa, efetivamente, esta redução. Também na Educação e Pré-escolar há uma variação negativa de menos 12% em relação ao ano anterior. O mesmo se passa em relação a projetos complementares de natureza educativa.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** respondeu que estas questões se prendem com investimentos que, entretanto, terminaram, pelo que é necessário consultar o investimento inicial para perceber que o orçamento cresce, não decresce. Portanto, a questão prende-se com as rubricas e com a leitura global do investimento na área da Educação, explicou.

Respondidas estas questões iniciais, a Senhora **Vereadora Paula Pêgo** passou a ler a sua intervenção sobre as GOP e Orçamento 2021:

“Neste tempo de Estado de Emergência de saúde pública devido à Pandemia COVID_19 e à crise social e económica derivada desta, é imperioso proteger os direitos constitucionais da saúde, da educação, do trabalho, da habitação. É imperioso proteger as pessoas mais vulneráveis, promover a igualdade de oportunidades e combater desigualdades sociais e económicas.

No presente contexto de incerteza, quer do ponto de vista da saúde pública, quer do ponto de vista sócio económico, e sem prejuízo de considerar que as GOP e o Orçamento para 2021 são um exercício de continuidade das opções políticas efetuadas, não incorporando novas políticas, nomeadamente no que concerne à implementação de uma política pública local dirigida às pessoas em situação de sem abrigo, assente no projeto integrado house first, bem como, a criação de incentivos para a redução de emissões de CO2 por forma a promover a adoção de comportamentos mais amigos do ambiente;

Considero que é fundamental alargar o modelo de refeições escolares saudáveis e sustentáveis iniciado no ano letivo 2020/2021, assente na produção local, na qualidade dos produtos e na confeção de proximidade, por forma a obter ganhos em saúde e reduzir a pegada ecológica; promover a coesão social; continuar a concretizar o processo de descentralização de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e demais diplomas sectoriais, do Estado Central para o Município de Coimbra e para as Freguesias, por forma a concretizar mais um passo no aprofundamento do poder local aproximando as pessoas dos decisores políticos; reforçar o fundo social dos transportes públicos (SMTUC), atendendo à perda de receita ocorrida devida à Pandemia COVID_19.

Nestes termos, e com os fundamentos supra aduzidos, o meu sentido de voto é a abstenção”.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** disse que certamente que ele e a Senhora Vereadora Madalena Abreu leram documentos diferentes, sobretudo no que concerne ao investimento da Educação. Têm, naturalmente, visões diferentes, e o Orçamento traduz opções políticas muito claras, que está certo de que não seriam as mesmas se a maioria do Executivo fosse PSD. Mas o que conta, para a História, é o investimento que na realidade é feito. E na área da Educação, este orçamento é equilibrado, objetivo e define claramente uma estratégia de garantir a igualdade de oportunidades em matéria educativa. Este princípio estratégico prevê um investimento global de 15.642.794,00€ (e, portanto, cresce). Deste valor, para a ação social escolar, do pré-escolar ao ensino secundário, investirão sete milhões em refeições e lanches escolares gratuitos, apoios económicos às famílias para material escolar e atividades de animação e apoio à família. Em transporte escolar para todos os alunos do ensino público, são investidos três milhões de euros, possibilitando assim a



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

todos os alunos, do pré-escolar ao secundário, o acesso gratuito ao passe escolar, independentemente da freguesia onde residem. O programa de promoção do sucesso educativo que desenvolve diretamente atividades nas escolas com os alunos com dificuldades tem um investimento previsto de 334 mil euros, levando um conjunto de apoios e programas junto desses alunos. Ao nível do pessoal auxiliar de apoio às escolas, prevê-se a admissão de 64 novos funcionários para as escolas básicas e jardins-de-infância. Das atividades complementares educativas, destaque para o Programa das Férias Escolares, programa inovador que ocupa os mais novos do pré-escolar em agosto através de diversas atividades, incluindo as atividades de ciência. A recuperação e melhoria dos equipamentos escolares contam com uma dotação global de 2.777.000,00€, destacando-se desse investimento a remoção do fibrocimento em sete estabelecimentos de ensino, com uma dotação de 827.729,00€. Do restante valor, 1 milhão e 449 mil euros investidos, realce para o Centro Escolar de Antuzede, para o Centro Escolar de Cernache, para o investimento nas antigas escolas anexas (Básica da Solum) e melhoramentos em diversas escolas e jardins-de-infância. A melhoria dos equipamentos de exterior dos recreios escolares tem uma dotação prevista de 159.000,00€. Ao nível do processo de transferência de competências, destacou o valor de 2 milhões 227 mil euros que se destina às questões de encargos e conservação das instalações, bem como para os contratos de delegação de competências que foram e serão feitos nas direções das escolas. É assim que se contextualiza a questão da transferência de competências, afirmou. Relembrou que o investimento na Escola Secundária José Falcão e na EB 2,3 Eugénio de Castro têm de ser objeto de contratualização específica com o Ministério da Educação. A este respeito, aconselhou a Senhora Vereadora Madalena Abreu a ler a Lei da Descentralização e Transferência de Competências, que é muito clara nesta matéria. Reafirmou que este é um orçamento com um forte investimento educativo e com grande preocupação com o apoio às crianças, aos jovens e às famílias dos 15 mil alunos do concelho de Coimbra abrangidos pelas competências da Autarquia. Lamentou profundamente que a Senhora Vereadora Madalena Abreu tenha afirmado que este orçamento da Educação não é de apoio às famílias. Dar passes escolares gratuitos não é apoiar as famílias, questionou, a título de exemplo. Disse que garantir o acesso ao ensino a todos alunos, com igualdade de oportunidades, independentemente da sua condição socioeconómica, é o grande objetivo da Câmara Municipal de Coimbra para a área da Educação.

Em matéria de intervenção e ação social, a estratégia presente nas GOP assenta em três pilares fundamentais: o funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia, que conta com 325 parceiros e assegura em cada freguesia o apoio a quem dele precisa; o Fundo Municipal de Emergência Social, um instrumento financeiro direto de apoio fundamental para o trabalho nas freguesias que está dotado com 319 mil euros (cresce dentro da necessidade que tem de crescer, face à situação de pandemia que se vive); o novo Programa de Apoio às Famílias e ao Comércio Local é um excelente instrumento de apoio que complementa as intervenções que a Autarquia tem no terreno, em matéria social. O envelhecimento ativo e saudável tem uma dotação global de 188.317,00€, com especial relevo para a teleassistência aos idosos em todas as freguesias, combatendo assim o isolamento. O apoio aos sem-abrigo faz-se através das fortes parcerias existentes, que envolvem a Autarquia mais 14 instituições sociais, IPSS's e também associações de voluntariado (muito presentes), tendo especial relevo o apoio alimentar que é feito aos mais carenciados no Centro Municipal para a Integração Social. É uma rede social de apoio aos mais desfavorecidos, atuante e com parcerias muito fortes em todas as freguesias, salientou. As GOP são muito claras quanto à estratégia e as metas que se pretende atingir e que se traduz no verdadeiro e real apoio às pessoas, aos mais novos, aos mais velhos, mas também às famílias do concelho.

Terminou dirigindo-se ao Senhor Vereador José Silva, dizendo-lhe que o respeito pelos outros passa por saber respeitar as diferenças de opinião, pelo que lamenta ter de ouvir num órgão democrático, do qual ambos fazem parte por terem sido eleitos, expressões como “*gente com mente pequena*”. Na sua opinião, mente pequena é o que o Senhor Vereador José Silva tem quando analisa as opções do Partido Socialista.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Análise das GOP e orçamento da CMC para 2021

Sr. Presidente

Srs. Vereadores,

2020 está a ser, provavelmente, o ano mais estranho das nossas vidas. A pandemia de COVID-19, impensável há um ano, veio mudar a nossa forma de fazer e de encarar quase todos os aspetos do dia-a-dia. Para a Câmara Municipal, significou repensar praticamente um ano de atividades, redefinindo prioridades e recentrando o investimento. Logo em março, a Câmara Municipal aprovou o primeiro pacote de medidas de apoio às famílias, às empresas e às associações, com uma parte dedicada especificamente à cultura, setor que tem sido um dos mais afetados pela pandemia. Desde esse momento, a autarquia esteve sempre atenta à evolução da situação pandémica e foi aprovando, gradualmente, outras medidas para mitigar os efeitos negativos da propagação da COVID-19.

O impacto financeiro dessas medidas na Câmara Municipal foi considerável e só possível graças ao rigor, seriedade e sentido de missão com que o orçamento municipal é gerido e executado. E assim continuará a ser em 2021. Assim, a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento que hoje analisamos para o próximo ano é, desde logo, um reflexo do contexto de pandemia em que nos encontramos e da incerteza que paira em todo o mundo sobre o futuro próximo, mas é também o resultado da mesma seriedade e do mesmo rigor que imprimimos, todos os dias, ao nosso trabalho.

Vale a pena, ainda, recordar, que se trata de um documento conciliador, já que a sua apresentação foi precedida de reuniões com os partidos políticos e movimentos de cidadãos representados na Assembleia Municipal. Muitas das propostas apresentadas e discutidas com esses interlocutores foram incorporadas no documento que hoje apreciamos.

Em particular, no que respeita a área da cultura, e embora estejamos a viver um momento difícil neste contexto de pandemia, o objetivo “04 – Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento” continua a representar uma fatia muito considerável do orçamento municipal, mantendo-se a dotação em 2021 (4.316.378,00€). Mas tão importante como esta manutenção do investimento municipal na cultura, é perceber que ele se deve à importância conferida a duas áreas estratégicas para a política cultural do Município: 1) o Apoio ao Associativismo Cultural, cuja dotação aumenta, em 2021, para 1.131.110,00 €; e 2) a Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, dotada com 1.043.000,00 €.

Ao Sr. Vereador José Silva quero dizer que as suas afirmações sobre a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027 continuam a ser balofas, ocas e abjetas, como é aliás seu apanágio. O seu único objetivo, como populista exacerbado que é, é manipular os interlocutores mais incautos. O Senhor é um mero detrator de Coimbra.

Regressando ao que importa, e aprofundando em detalhe os apoios atribuídos à cultura, vale a pena perceber que, no ano de 2020, foram atribuídos apoios ao associativismo cultural no montante de 1.060.500,00€. No ano anterior, foram atribuídos apoios no valor global de 1.060.000,00€, em 2018, no valor de 955.000,00€ e, em 2017, no montante global de 820.450,00€. Assim, a dotação inscrita para apoiar os agentes culturais de Coimbra em 2021, recorde que é de 1.131.110,00 €, é a mais elevada de sempre, é superior a todos os valores que lhes foram atribuídos nos últimos anos e muito, mas muito superior, ao apoio atribuído em 2013: 553.050,00 € - último ano de governação do PSD na CMC - metade do que é hoje o investimento da Câmara Municipal no apoio aos agentes culturais. Repito, metade!

Talvez seja a este aspeto que se refere, de forma lamentável e despropositada, o Presidente da comissão política concelhia do PSD, na conferência de imprensa que deu ontem, e também a Sra. Vereadora Madalena Abreu na sua intervenção, recordando-se dos poucos apoios do seu partido às associações culturais e da forma como esse apoio era, em tempos, caracterizado pelos Executivos do seu partido. Em todo o caso, gostamos de conhecer a fraca sensibilidade do PSD para as questões da cultura. – Sr. Presidente, permita-me um aparte para referir que, de facto, o disparate é tal nas declarações do PSD que se fala num festival de inaugurações em 2021 mas de uma taxa de execução de obras de 0%, como se fosse possível inaugurar obras sem as executar.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Regressando à área da cultura, a política cultural não se cinge, obviamente, à distribuição de apoios financeiros, mas a sua atribuição, este ano, é especialmente relevante para que as associações consigam, nesta fase difícil dos seus percursos, manter a atividade sem fechar portas, já que são uma das principais razões da vitalidade cultural da nossa cidade. E, por esse motivo, já em 2020, foram tomadas várias medidas para mitigar os efeitos negativos da pandemia na atividade cultural. Várias dessas medidas transitam para 2021 e estamos preparados para, de forma evolutiva tomarmos outras opções, uma vez que estamos atentos aos contextos culturais da cidade e procuramos sempre ir ao encontro das expectativas e necessidades das pessoas e entidades que compõem o amplo e diversificado setor cultural. Recordo que, em plena pandemia, fomos capazes de, em tempo recorde, abrir ao público o Centro de Arte Contemporânea de Coimbra.

Em 2021, mantém-se o investimento necessário nos espaços culturais municipais – em que o Convento São Francisco tem preponderância natural: é o maior e melhor equipamento cultural da Região Centro, que tem sido palco de tantas e tantas criações artísticas feitas a partir de Coimbra, por agentes culturais de Coimbra, para o País inteiro. E isto foi especialmente evidente em 2020, ano em que o investimento nas atividades que foi possível realizar foi totalmente direcionado para os agentes culturais de Coimbra.

O investimento na cultura também está na valorização do património histórico e cultural, na promoção dos produtos culturais de Coimbra, na difusão do livro e da leitura e na animação, esta última em estreita ligação com as rubricas destinadas à “Dinamização e Promoção do Turismo”, embora saibamos que, pelo menos nos primeiros meses de 2021, não será possível realizar, pelo menos nos moldes anteriores, algumas ações que têm feito parte do calendário cultural da cidade nos últimos anos.

Vale a pena recordar que, em 2013, comprometemo-nos com a valorização da memória das tradições e, simultaneamente, com o incentivo a novas aventuras criativas, captando, para Coimbra, eventos âncora nas diversas áreas artísticas. Em 2017 renovámos esse compromisso. E foi o que fizemos, mantendo todas as iniciativas com tradição na cidade, dando-lhes maior visibilidade. Ao mesmo tempo, criámos novos eventos de dimensão nacional e internacional que posicionam Coimbra noutros patamares.

Pelas razões óbvias, também a dotação da candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura é robusta. – Por muito que isto custe ao Sr. Vereador José Silva, foi o Executivo do Partido Socialista que deu o primeiro impulso para esta candidatura, que convidou um Grupo de Trabalho, que fez a ligação com os outros Municípios da Região de Coimbra, do mesmo modo que é esse Executivo Socialista que está a criar e a garantir as condições necessárias à preparação da candidatura, incluindo a criação e instalação do Conselho Municipal de Cultura de Coimbra.

E porque esta candidatura terá na juventude uma das duas forças, gostaria de referir que, reunido a 6 de novembro, o Conselho Municipal da Juventude de Coimbra emitiu, por unanimidade, parecer favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2021, na área da juventude e nas áreas com ela conexas.

Para terminar, não posso deixar de fazer um comentário sobre a postura da oposição, para quem, independentemente do orçamento, o voto será sempre contra. É triste que assim seja, mas, de facto, independentemente da discussão, independentemente do que aqui seja dito, dos números, das opções, o seu voto já está decidido e é sempre conta.

Trata-se, contudo, de um orçamento legítimo, já que será executado por quem foi democraticamente eleito para essa missão”.

O Senhor **Vereador Carlos Cidade** disse que começaria por corrigir a sua colega, Carina Gomes, uma vez que, neste processo, e após audição das várias intervenções, nem toda a oposição está contra. Naturalmente que estão perante opções políticas e, sinceramente, sente muito orgulho neste orçamento, porque ele corresponde àquilo que o povo de Coimbra confiou ao Partido Socialista, com base num programa eleitoral que muito o honra que esteja a ser cumprido. Chegará o momento de serem avaliados sobre esta matéria e está certo de estarem em condições de dizer que honraram os compromissos assumidos. Frisou que este orçamento é feito num quadro totalmente diferente do dos anos anteriores. Parece-lhe que alguma oposição



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

se esqueceu que se vive uma crise pandémica e não é por acaso que 54% da aposta do orçamento vai para funções sociais, que foram naturalmente reforçadas. Frisou que era de esperar que um orçamento de último ano de mandato fosse “acusado” de ser um orçamento eleitoralista, mas ao menos a oposição teve o bom senso de não o afirmar. E, ao não o afirmar, a oposição vem reconhecer a justeza das propostas hoje em análise e o sentido de responsabilidade com que a maioria as apresenta. Lamentou que o PSD tenha entrado numa total contradição, com as declarações feitas ontem e hoje aqui reafirmadas. É aceite que o orçamento dá mais a todos, mas nas declarações proferidas não se vislumbra onde iriam retirar despesas, e era importante saber isso. Dirigindo-se ainda ao PSD, disse que o PS acabou com a subsidiodependência quando o povo de Coimbra lhes deu a confiança para governar a Câmara Municipal. Hoje as coletividades e associações culturais, sociais e desportivas têm regras bem definidas, sabem como podem ter acesso aos fundos, sem arbitrariedades e amiguismos. São apoios justos, com base em regras bem definidas e em propostas dos próprios concorrentes. Insistiu que era importante saber que despesas não faria o PSD e que estão patentes neste orçamento. Mas é preciso distinguir, porque neste Executivo há um PSD que tem uma atitude irresponsável e há um PSD que corresponde àquilo que conhecem de um partido fundador da Democracia e não tem essa postura irresponsável, frisou. Dizem os primeiros que este é um orçamento pesado, e é pesado, face ao enorme volume de investimento inscrito nestas GOP, mesmo em tempos de pandemia, afirmou. Quando o PSD fala no Mercado, na Avenida Aeminium, todos sabem as razões destes investimentos e que as obras estão em desenvolvimento, conforme compromissos assumidos. Relativamente ao aeroporto, a questão foi lançada, está em desenvolvimento, e já não é só de Coimbra, é da região. Na iniciativa do Professor António Costa e Silva já está a questão da necessidade do aeroporto. Hoje, felizmente, o projeto já não é só de Coimbra, é de muito mais gente, é de muitos municípios e a região merece-o, defendeu.

Falar do Centro de Saúde Fernão de Magalhães nesta altura, quando as obras começam dia 3 de dezembro, não faz, na sua opinião, qualquer sentido. Quanto ao IParque, disse que teve a felicidade de, há dois dias, levar uma empresa industrial que poderá estar interessada em instalar-se no IParque a visitá-lo, acompanhado do Presidente do Conselho de Administração do IParque. E ficou espantado com os lotes ocupados e com as obras em curso de várias empresas. Portanto, julga que à Senhora Vereadora Madalena Abreu se aplica o ditado “o pior cego é aquele que não quer ver”. Acresce que colocaram um conjunto de questões que não são sequer da responsabilidade direta da Câmara Municipal de Coimbra e que não justificam esta manifesta intenção de votar contra o orçamento e GOP da CMC. Disse que estão hoje perante um documento que teve em conta as preocupações e ouviu os partidos representados na Assembleia Municipal e que tem inscritos mais de 40 mil projetos e ações. Compreende que a oposição se esforce por escamotear a realidade, mas considera a postura deste PSD contraditória e sem sentido, e lamenta que assim seja.

A Senhora **Vereadora Ana Paula Quelhas** disse que considera alguns valores inscritos nas GOP preocupantes e dignos de alteração, embora se tratem, naturalmente, de opções políticas. Houve, de facto, um reforço da componente do desenvolvimento económico de apoio à atividade empresarial, mas neste ano de pandemia será que realmente é suficiente, não haverá necessidade de criar um maior incentivo, questionou. Por outro lado, no fomento da atividade socioeconómica também se observa um decréscimo, bem como na Ação Social e Família – como aliás a Senhora Vereadora Paula Pêgo já fez referência, dinamização e promoção do turismo. Os quatro pontos elencados deveriam, na sua opinião, merecer mais preocupação.

O Senhor **Presidente** disse que estão a ser estruturados programas de especial relevância que, neste momento, não podem ser inscritos no orçamento porque ainda estão em circuito ou de publicação, ou de legislação. Destacou, na área social, o Primeiro Direito, cujo trabalho contratado pela Autarquia a uma entidade externa decorre há cerca de um ano e está prestes a ser apresentado; há um programa sobre resiliência e recuperação cujo desfecho e o modus operandi neste momento desconhece, mas eventualmente na reunião da Assembleia Municipal já terá dados sobre o mesmo, uma vez que está ainda em debate em Bruxelas, no Conselho Europeu, e, como é sabido, há dois países resistentes a validá-lo. Este último é um



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

processo político, sobre o qual está marcada uma reunião com o Governo dentro de dias (dia 2 de dezembro) no sentido de preparar a aplicação interna/nacional do dito programa, logo que haja luz verde da Comunidade Europeia. Informou ainda que está na versão final a deliberação da Comissão Interministerial do Portugal 2020, que integra em representação dos municípios. Trata-se de uma resolução de enorme importância que vai “financiar/premiar” a submissão de pedidos de pagamento até abril. O incentivo que decorre é que a contrapartida nacional fica alterada e passam essas operações a ser financiadas a 100% por fundos europeus. Isto refere-se à Administração Pública em geral, explicou, acrescentando que essas dotações neste momento não se podem registar como receita, mas está em crer que tudo ficará resolvido a breve trecho e depois será tratado com a revisão orçamental de abril. Frisou que apesar de ter havido mais tempo para ultimar o orçamento, também houve muito mais solicitações. Todos os dias a Câmara Municipal é instada a acorrer às mais diversas situações urgentes, e tem de dar resposta em todas as frentes. Por exemplo, nas últimas 24 horas tem estado em estudo uma das localizações operacionais para as vacinas da Covid-19, que é expectável que cheguem em breve. Um dos sítios possíveis para o armazenamento desses bens será na região de Coimbra e uma das dúvidas é como é que se transportariam rapidamente as vacinas para um ponto estratégico para, daí, serem carregadas em camiões e levadas à zona de armazenamento, em condições muito específicas de acondicionamento, transporte e, depois, utilização. Assim, deu luz verde à utilização, gratuita, por parte das entidades públicas, da pista do Aeródromo Municipal Bissaya Barreto, em Cernache, que tem condições de resistência e capacidade de carga comprovadas por um estudo recente contratado à Universidade de Coimbra. Disse que tem havido alguma dislexia nos números que vêm sendo publicados, nomeadamente em relação a Coimbra, há coisas que têm de ser melhoradas, mas não é tempo de levantar quezílias. E exemplificou, dizendo que uma criança com determinada sintomatologia vai a um médico de saúde pública e obtém determinadas recomendações, e um seu colega de turma, se tiver os mesmos sintomas e for consultado por outro médico de saúde pública, pode ter recomendações diferentes. Isto cria insegurança e medo nas pessoas, e tem sido um trabalho muito exigente nos últimos tempos, explicou. A isto acrescentam todos os procedimentos de gestão de segurança e proteção dos trabalhadores e de acompanhamento e fiscalização. Continua a haver dificuldade em arranjar materiais e as notícias são de que as próximas semanas serão bastante complicadas a vários níveis, mesmo em termos de morbilidades e de necessidades complementares. Mas este facto não os pode paralisar com medo, há que agir, dar resposta. Da sua parte, garantiu que tudo fará para cooperar e construir soluções, para intervir onde for necessário, desde que a Autarquia seja solicitada, uma vez que não é sua missão substituir-se a entidades terceiras, porque há poderes próprios e responsabilidades específicas que cada um tem. A missão da Câmara Municipal é, sobretudo, agregar energias, congregar esforços, vontades e determinação. Disse que muitas vezes a Autarquia é acusada de não ter um plano. Garantiu que os planos existem, mas nesta fase muitas vezes, uma hora depois, já estão desatualizados.

Assim, foi elaborada a informação n.º 53513, de 23/11/2020, do Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo, que obteve parecer do Diretor do Departamento Financeiro e o seguinte despacho da Senhora Vereadora Regina Bento, todos da mesma data:

“Ao Senhor Presidente. Remeto para submissão aos Órgãos Autárquicos a proposta de Orçamento e GOP para 2021. Trata-se de um orçamento de esperança num momento particularmente difícil para toda a população devido à pandemia de Covid-19; um orçamento que cresce para os 162 milhões de euros, sem aumentar taxas e impostos, mantendo as isenções extraordinárias de taxas, sem aumentar as tarifas da água e os passes sociais e mantendo o forte investimento nas funções sociais que representam mais de metade da despesa orçamental.”

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2117/2020 (26/11/2020):



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021” em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** - que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal - em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 - **no total de 162.730.000 € na Receita e na Despesa, dos quais 117.095.902 € (72%) respeitam a Receitas Correntes e 45.634.098 € (28%) a Receitas de Capital e, quanto às Despesas, 100.973.945 € (62%) a Despesas Correntes e 61.756.055 € (38%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 47.013.621 €, as AMR 60179.505 € e as GOP 107.193.126 €;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º - Competências de apreciação e fiscalização, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.**
O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves e Carina Gomes. Votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Ana Paula Quelhas, José Silva e Ana Bastos. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Paula Pêgo e Francisco Queirós.

Os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Paula Pêgo, Ana Paula Quelhas e Francisco Queirós apresentaram justificações de voto as quais, dada a sua extensão, ficam apensas à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

b) Autorização para celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia;

Deliberação n.º 2118/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar a autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia, em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - Competências de apreciação e fiscalização, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

c) Norma de Controlo Interno;

Deliberação n.º 2119/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar a Norma de Controlo Interno, em conformidade com o ponto 2.9.10 do POCAL e com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

d) Regulamento Interno de Fundos de Maneio;

Deliberação n.º 2120/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11 do POCAL.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

e) Mapa de Pessoal para 2021;

O Senhor **Vereador José Silva** disse que tem havido um contínuo aumento do mapa de pessoal, não se verificando, no entanto, uma melhoria de funcionamento da Câmara Municipal, nem estando devidamente justificada a necessidade desse aumento sucessivo. Recordou que, ainda sem descentralização, de 2018 para 2019 as despesas com pessoal na Autarquia aumentaram 3 milhões de euros, ou seja, 11,1%. Portanto, entende que tem havido um aumento brutal da despesa com pessoal, sem a devida justificação para qualquer um dos lugares propostos. Face a essa ausência de explicação, e face ao aumento progressivo dos custos – aliás, a Câmara Municipal de Coimbra é uma daquelas em que o aumento relativo da despesa com pessoal é mais elevado, de todos os municípios do país. Neste contexto, naturalmente que o movimento Somos Coimbra votará contra, afirmou.

A Senhora **Vereadora Madalena Abreu** disse que, da análise que fez, concluiu que, mais uma vez, não resulta nada óbvia a necessidade do aumento de pessoal, que é na ordem dos 30%, a exemplo do ano passado (em que o aumento também foi de 30%). A única justificação que vê é que provavelmente a Autarquia está, desta forma, a ajudar os funcionários e as famílias que estão mais necessitadas de oportunidades de emprego.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que uma Câmara Municipal com meios humanos é uma Câmara capaz de responder à sua missão. Isto é o Poder Local democrático. Durante muitos anos era possível, legalmente, contratar pessoal e não se fazia porque o que se visava era a externalização de serviços. A seguir, foi a própria legislação que veio impedir a contratação, e, finalmente, desde há algum tempo, é possível reforçar com meios humanos as Autarquias. É isso que está a acontecer, e ainda bem, defendeu, frisando que é de extrema importância que a Autarquia esteja dotada dos meios humanos e técnicos a vários níveis, de pessoal mais e/ou menos qualificado, capazes de dar resposta ao exercício do poder local democrático.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que o Senhor Vereador José Silva gosta muito de dizer que os trabalhadores camarários trabalham mal e que a Câmara trabalha mal, mas não é verdade. Muitos deles, trabalham em esforço acrescido, devido à ausência de contratação durante muitos anos. Numa Câmara que é grande e que assumiu um grande leque de novas competências, é absolutamente fundamental dotar os serviços de recursos humanos próprios e adequados para prestar devidamente os serviços. Acresce que a questão do aumento das despesas com pessoal, como todos bem sabem, não decorre apenas do aumento do número de efetivos, até porque esse aumento não é assim tão significativo quando comparado com o dos últimos anos, uma vez que saem uns e entram outros. O aumento com as despesas de pessoal advém sobretudo da reposição/valorização remuneratória que se tem feito, decorrente de muitos anos de cortes salariais a que os trabalhadores públicos estiveram sujeitos, explicou. Por outro lado, todos os lugares previstos no mapa de pessoal estão devidamente fundamentados: foram propostos pelos dirigentes dos



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

serviços com a fundamentação que consta do processo. Os que não foram fundamentados, não foram contemplados, não constam desta proposta e foram devolvidos aos serviços por falta de fundamentação, frisou. Estranha que a oposição conteste que o Serviço Municipal de Proteção Civil precise de 10 bombeiros sapadores florestais ou que o Departamento de Desporto precise de mais um nadador-salvador, porque é disto que se trata.

O Senhor **Vereador José Silva** disse que já fez alguns cursos de gestão, nomeadamente de gestão de recursos humanos, que lhe permitem constatar que os problemas das organizações estão nas lideranças/chefias, e não nos trabalhadores. Assim, quando se refere às disfuncionalidades da Câmara Municipal de Coimbra, refere-se às lideranças/chefias e não aos trabalhadores municipais. E reafirmou que esta proposta de mapa de pessoal não vem devidamente fundamentada, trata-se de uma amálgama de propostas. Já no último ano, o Somos Coimbra tinha proposto votar estas alterações ao mapa de pessoal departamento a departamento, porque não podem colocar todos “no mesmo saco”, frisou. Apresentada a proposta desta forma, não lhes resta senão votar contra, concluiu.

O Senhor **Presidente** disse que conhece serviços públicos notáveis e bem organizados e aconselhou o Senhor Vereador José Silva a dar o exemplo.

Deliberação n.º 2121/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal para 2021 da Câmara Municipal de Coimbra, nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Anexo I à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes e Francisco Queirós. Votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Ana Paula Quelhas, José Silva e Ana Bastos. Absteve-se a Senhora Vereadora Paula Pêgo.

f) Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);

Deliberação n.º 2122/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), com envio à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

g) Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à Proposta de Orçamento e GOPS para 2021 – Conhecimento.

Relativamente a este assunto foi apresentado o documento registado com o n.º 53706, de 23/11/2020, da Senhora Vereadora Regina Bento, com base no qual o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2123/2020 (26/11/2020):



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Tomar conhecimento do Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à Proposta de Orçamento e GOPs para 2021.**

I.2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

Em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2021, o Senhor **Vereador Jorge Alves** referiu algumas notas para explicar as estratégias, metas e o que se pretende atingir no decorrer do próximo ano. O ano de 2021 apresenta-se como um ano cheio de incertezas face a esta pandemia que leva a que todos tenham de se adaptar a novas realidades, fazendo com que os transportes públicos tenham de se readaptar aos novos desafios diários. Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra irão prosseguir o seu caminho de renovação e inovação, fruto do claro investimento feito pela Câmara Municipal de Coimbra. Preveem transportar em 2021 mais de 13 milhões de passageiros com o orçamento global de 23 milhões de euros, destacando-se o valor de investimento de 5.283 milhões de euros. Manterão o investimento na renovação da frota, prevendo-se a entrada em funcionamento de 5 novos autocarros elétricos, com financiamento POSEUR e a aquisição de 6 autocarros usados convencionais num orçamento que rondará os 3 milhões de euros. Manterão em vigor o tarifário do ano anterior, assumindo assim a forte componente social do transporte público municipal, melhorando-se o sistema de bilhete pré-comprado com a validação horária, o que permitirá captar novos utentes para o transporte público. Em matéria de redes de transporte, o ano 2021 trará novos desafios. Continuarão a apostar na adequação da oferta de transportes à procura, através da melhoria e reestruturação de horários e de acertos estratégicos na rede existente, o que permitirá melhorar a resposta aos utilizadores. A recente melhoria de horários para o Pólo II da Universidade de Coimbra, é exemplo concreto desta estratégia. O relançamento do sistema ecovia, servindo vários pontos da cidade, permitirá criar uma nova oferta de transporte, dedicado e contribuirá gradualmente para a diminuição da utilização do transporte individual dentro da cidade. A esta operação serão afetas nove viaturas elétricas miniautocarros financiados pelo POSEUR. Manterão a aposta na melhoria das condições das instalações e dos equipamentos, destacando-se o investimento previsto na remodelação da estação de serviço, da rede de águas residuais e pluviais e na cobertura da área oficinal. Ao nível dos recursos humanos, manter-se-á a aposta no reforço na admissão de agentes únicos, motoristas, mais 29 trabalhadores e pessoal operacional, mais cinco novos elementos para áreas fundamentais da manutenção. A entrada em funcionamento do novo sistema de bilhética num investimento previsto de 1.222.000,00€ em 2021, levará a uma melhoria clara do serviço prestado aos utentes, através da disponibilização de novos modos de aquisição de títulos de transporte, por multibanco, por smartphone, com recurso a tecnologia sem contacto. Serão também melhorados os sistemas de informação ao público em tempo real e abrir-se-ão novos postos de venda SMTUC, privilegiando-se locais nas várias freguesias para que os utentes mais facilmente e em proximidade adquiram os seus títulos de transporte. O trabalho de interligação e parceria estreita com a CIM e com a Metro Mondego continuará a ser uma aposta ao longo do ano. Este é um orçamento equilibrado e apresenta uma forte preocupação com a recuperação da receita própria, decorrente das consequências da pandemia, mas que não perde a visão global de manutenção do investimento na renovação da frota e no alargamento da rede de transportes dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra a novas zonas do Concelho de Coimbra, bem como do contributo dado para a redução de emissão de gases com efeito de estufa e para a mobilidade sustentável, com a aquisição de mais viaturas elétricas nova geração.

Sobre este assunto a Senhora **Vereadora Ana Bastos** proferiu a seguinte intervenção:

“Queremos começar por realçar o esforço desenvolvido pelos serviços técnicos dos SMTUC na preparação deste documento, pelo que o SC deixa aqui uma mensagem de louvor e apreço por todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua elaboração. Também não podemos deixar de reconhecer as



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

dificuldades sentidas pelo sector dos transportes e, em particular pelos SMTUC, na sequência da crise pandémica que atravessamos e que se refletiu numa perda drástica do número de passageiros e, por inerência, na receita de bilheteira e que se manterá, muito possivelmente, pelo menos parcialmente, no decurso de 2021. A situação exige a tomada de medidas adicionais no sentido de readquirir a confiança dos utilizadores, o que se traduzirá num aumento das despesas correntes, nem sempre contrabalançada pelo aumento das receitas. Face a esta realidade, regozijamo-nos pela manutenção do tarifário como componente social do transporte, o qual não sofre alterações desde 2012 e pela atribuição gratuita do passe escolar a todos os estudantes até ao 12º ano de escolaridade. Anotamos com particular agrado a continuidade de alargamento e tentativa de modernização da frota de autocarros conjugada ao princípio de descarbonização do sector, com o investimento de cerca de 2,4 milhões de euros para aquisição dos 5 autocarros elétricos, adquiridos no âmbito da candidatura POSEUR, aprovada em 2018. Pesem embora algumas dúvidas quanto à sua verdadeira eficiência ambiental, e quanto ao destino a dar às baterias em fim de vida, a aposta na mobilidade elétrica não deixa de ser uma mais valia para a melhoria da qualidade do ar, no espaço urbano. Contudo o controlo dessa externalidade ambiental tende a ser anulado ou até ultrapassado pela contínua aquisição de veículos usados (+ 6 usados) a combustão interna, os quais, dependendo da idade e estado de conservação, contribuirão para a degradação de alguns dos indicadores de desempenho, com particular ênfase nos consumos médios, idade média da frota e taxa do imobilizado. Todas estas medidas e ações, apesar de benéficas, serão insuficientes, por força da pandemia para se reatingir os níveis de procura obtidos em 2019, pelo que o ano de 2021, se afirma particularmente exigente a esse nível. Os números previsionais para 2021, apontam, para quase 13 milhões de passageiros a serem transportados, valor ligeiramente superior aos transportados em 2019, o que apenas nos cenários mais otimistas, deverão ser atingidos. Mas tratando-se de previsões, são previsivelmente falíveis! O SC considera, por isso que, o orçamento parte assim de uma base periclitante e pouco prudente, arriscando-se a pôr em causa investimentos programados, por quebra de receitas, designadamente a expansão da rede a todo o concelho, objetivo que deveria ser considerado prioritário por parte da autarquia como forma de diluir assimetrias sociais e a discriminação tarifária aplicada aos transportes. Os novos 14 autocarros objeto da candidatura ao POSEUR (5 autocarros + 9 miniautocarros), que previsivelmente entrarão ao serviço em 2021 constituirão seguramente uma alavanca à expansão da rede, mas ainda assim muito insuficientes para responderem às novas reais necessidades resultantes do relançamento do sistema da ECOVIA, novas áreas de cobertura e naturalmente à substituição de autocarros em fim de vida. Este é um campo de atuação, onde o investimento deve ser contínuo e sem interrupções. Mas apesar dessas preocupações, as GOP dos SMTUC para 2021 não deixam de abrir algumas portas de transcendente relevância para uma fase pandémica e de recuperação da procura, com comprometimento explícito dos SMTUC e desta Câmara Municipal, no sentido de, em 2021, ser concretizado e corrigido um conjunto de situações que vão de encontro a diversas propostas e reivindicações, levantadas ao longo destes últimos 3 anos pelo SC, designadamente:

- 1. No âmbito das verbas do PART, prevê-se o alargamento da cobertura da rede dos SMTUC a Souselas e Botão. Apesar deste sinal extremamente positivo, e que só peca pela demora, importa igualmente integrar nos planos, a expansão da rede à zona noroeste da cidade, servida através da N111, com vista a uma cobertura global do concelho, por parte do operador municipal;*
- 2. A entrada em funcionamento do sistema de bilhética integrada, que permitirá adquirir ou renovar títulos à distância, numa era de transição digital. Deve, contudo, esse sistema ser devidamente compatibilizado numa ótica intermunicipal de forma a integrar todos os operadores que atuem quer no concelho quer ao nível da CIM.*
- 3. Aposta no sistema de informação inteligente, embora devam ser envidados esforços no sentido de garantir a fiabilidade da informação em tempo real, a partir de casa, nas paragens e on-board. O sistema deve ainda devidamente articulado com outros operadores, como a CP, os serviços alternativos e os operadores privados (carreiras nacionais, regionais e suburbanos).*
- 4. Facilitação do acesso à compra de bilhetes. Para além dos indispensáveis e anunciados serviços online, devem ainda ser previstos postos automáticos a localizar em pontos estratégicos da cidade, em*



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

articulação com o sistema do MetroBus. Mais do que novas lojas SMTUC, importa apostar em sistemas disponíveis 24/24h.

- 5. Criação de outras modalidades de títulos de transportes, como o bilhete horário, embora muito haja ainda a fazer, numa ótica de Mobility as a Service (MaaS);*
- 6. Implementação do sistema IParque Mobile, para gestão do sistema de estacionamento potenciando a gestão, controlo e pagamento à distância;*
- 7. O reforço da fiscalização, designadamente nas zonas de estacionamento de duração limitada, essencial a uma política assertiva de gestão do controlo do estacionamento, no combate à sensação de impunidade e por consequência, ao descrédito do sistema.*

Ainda assim e pela sua elevada relevância, o Movimento 'Somos Coimbra' faz questão de sublinhar 5 propostas adicionais, cuja implementação em muito contribuirão para a diferenciação do serviço oferecido, para a abolição das assimetrias territoriais e sociais, fomentando o uso do transporte público em detrimento do transporte individual:

- 1. Melhoria transporte flexível (a pedido), atualmente limitado a um segmento populacional específico, alargando-o à generalidade da população idosa e às zonas de habitação dispersa não servidas ou deficientemente servidas por carreiras regulares;*
- 2. Reforço da conectividade via wi-fi on-board que permita aos utilizadores tomar as decisões de mobilidade que melhor lhes convier;*
- 3. Criação de um sistema de transporte escolar eficaz e seguro, particularmente incidente nas zonas periféricas, onde as crianças têm de andar kms a pé para acederem ao TP regular. Esta solução deverá merecer um compromisso conjunto entre a CMC, os agrupamentos de escolas e encarregados de educação;*
- 4. Exigir a comparticipação do Governo Central nos SMTUC, de forma a ser criado um passe único para Coimbra e concelhos limítrofes, à semelhança do que o programa PART veio proporcionar aos municípios de Lisboa e Porto e respetivas áreas metropolitanas;*
- 5. Motivação dos motoristas dos SMTUC através de uma remuneração/gratificação justa, sem prejuízo da redefinição legal da respetiva carreira profissional de agente único.*

O SC não pode deixar de lamentar que as GOP não se apresentem como um documento vincadamente inovador e ambicioso e que represente uma clara alteração da estratégia de promoção dos transportes públicos em Coimbra. Contudo não podemos deixar de ter em atenção a especificidade e imprevisibilidade dos tempos que atravessamos, bem como o comprometimento para apostar na modernização de alguns serviços, bem como a expansão da rede a novos territórios, convergindo para a cobertura integral do concelho pelo operador interno. Não sendo estas as GOP que o SC preconizaria, registam-se alguns sinais de mudança, pelo que permaneceremos atentos e vigilantes relativamente ao seu cumprimento. Nesse contexto, o SC irá abster-se na votação das GOPs dos SMTUC.”

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** referiu que a verdadeira rentabilidade de um serviço público de transporte reside na sua capacidade de tornar acessível aos cidadãos, com eficácia, com conforto, com fiabilidade, de uma forma ambientalmente sustentável, o acesso a locais de trabalho, a equipamentos de saúde, a equipamentos de lazer, ao comércio, a locais de convivialidade. E isso é fundamental. Há uma enorme diferença entre os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de hoje e o rumo que têm vindo a traçar nos últimos anos, e os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de há 8/10 anos.

A Senhora **Vereadora Regina Bento**, relativamente à questão colocada pela Senhora Vereada Ana Bastos sobre o investimento que os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra estão a fazer em autocarros elétricos, referiu que esse investimento não é para expansão da rede, mas para renovação da frota. A aquisição de autocarros elétricos implica o abate por cada autocarro que se adquire. A estratégia que se tem delineado nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra é no sentido de renovar a



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

frota com autocarros elétricos, energeticamente eficientes, bons para a saúde da população e com grandes melhorias em termos de mobilidade, mas, em simultâneo, permitir a expansão da rede, através da aquisição de autocarros usados. Acredita que o financiamento para os autocarros elétricos, a comparticipação venha gradualmente a diminuir; há agora hipótese de poderem ter financiamento a 100% se conseguirem executar até abril e, isso, possivelmente, poderá trazer folgas financeiras importantes para novas aquisições para renovação da frota. É este duplo equilíbrio que os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra têm vindo a fazer. De facto, neste momento, não podem abdicar de continuar com esta dupla aquisição, para poderem ir a zonas do Concelho que, neste momento, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra não vão, sob pena de não terem frota, agravada com a questão da lotação a 2/3 que estão obrigados a cumprir.

Face ao exposto e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes e Urbanos de Coimbra, de 29 de outubro de 2020, registadas nos serviços municipais sob os n.º 53989 e 53988, em 05/11/2020, o Executivo deliberou:

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2021;

Deliberação n.º 2124/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2021, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que totalizam 23.818.046,00 €, dos quais 19.835.816,00 € (83,3%) respeitam a Receitas Correntes e 3.982.230,00 € (16,7%) a Receitas de Capital e, quanto à despesa, 18.534.089,00 € (77,8%) respeitam a Despesas Correntes e 5.283.957,00 € (22,2%) a Despesas de Capital, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2021 totaliza o valor de 7.849.747,00 €, dos quais 5.283.947,00 € têm financiamento definido;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.**
O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Paula Pêgo e Francisco Queirós. Absteram-se os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Ana Paula Quelhas, José Silva e Ana Bastos.

b) Mapa de Pessoal para 2021.

Sobre este assunto a Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que há um acréscimo ao longo desta legislatura. Prevê-se aumentar o quadro pessoal em 18%, mas também é publicamente conhecido o défice de motoristas que existem nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e que se agravou, com a expansão da rede à zona sul de Coimbra e, naturalmente, há novas exigências no próximo ano, com o relançamento do sistema da ecovia. É perfeitamente justificável este aumento agora proposto, de mais 27 postos de trabalho, sendo 22 motoristas diretamente absorvidos pelo sistema ecovia. Considera importante que sempre que os mapas apresentados tenham alterações, sejam acompanhados de relatórios de evolução da situação, dos constrangimentos vividos, dos níveis de produtividade do trabalho e relativamente a cada uma das atividades que ajudem a fundamentar cada uma dessas necessidades. Todos os anos o Movimento Somos Coimbra tem reivindicado isso, e é por essa razão que se irá abster nesta votação.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação n.º 2125/2020 (26/11/2020):

- **Aprovar o Mapa de Pessoal para 2021 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e enviar à Assembleia Municipal para análise e votação em conformidade com a alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Paula Pêgo e Francisco Queirós. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Ana Paula Quelhas, José Silva e Ana Bastos.

E sendo dezanove horas o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 21/12/2020 e assinada pelo Senhor Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Manuel Augusto Soares Machado)

O Secretário,

(Manuel Gilberto Mendes Lopes)

*Dat: PS/GL/PC
Conf: MGML
Serviço Emissor: DAG*